



Energias futuras

Paraíba investe na força da natureza

EÓLICA

Infraestrutura de transporte e agilidade no licenciamento ambiental atraem eólicas e transformam o Estado em um polo de energia renovável.

SOLAR

Projetos populares inovadores já estão em andamento e garantem redução na conta de energia.

PÁGINAS 5 E 6

FOTO: Evandro Pereira



Esportes

Domingo de clássicos

PARAIBANO		X	
	Botafogo-PB		Campinense
CARIOCA		X	
	Flamengo		Fluminense



FOTO: Evandro Pereira

ABANDONO

MERCADOS Lixo e falta de infraestrutura afastam consumidores das feiras. **PÁGINA 8**

Políticas

ALPB em defesa dos direitos das mulheres

Entre as leis que ganharam destaque na atual legislatura está a que dispõe sobre o atendimento às vítimas de violência sexual. **PÁGINA 3**

clima e tempo

Fonte: INMET

LITORAL Nublado com chuvas ocasionais 31° Máx. 24° Mín.	CARIÍ-AGRESTE Nublado com chuvas ocasionais 34° Máx. 21° Mín.	SERTÃO Nublado com chuvas ocasionais 36° Máx. 23° Mín.
---	---	--

Informações úteis para a semana:

Moeda

DÓLAR	R\$ 3,580 (compra)	R\$ 3,581 (venda)
DÓLAR TURISMO	R\$ 3,480 (compra)	R\$ 3,770 (venda)
EURO	R\$ 4,082 (compra)	R\$ 4,086 (venda)

- Obras da primeira etapa do Parque Parahyba vão custar R\$ 3 mi. **Página 4**
- Experiência pioneira obtém sucesso no cultivo do algodão. **Página 7**
- Domingo de Ramos: celebrações marcam hoje a Semana Santa. **Página 13**
- Paixão de Cristo de Cuité ajuda a incrementar a economia local. **Página 21**

Fonte: Marinha do Brasil

Marés	Hora	Altura
ALTA	02h45	2.1m
baixa	04h41	0.5m
ALTA	14h58	2.3m
baixa	21h02	0.4m

Editorial

O país dos grampos

A controvérsia sobre a legalidade das gravações telefônicas autorizadas pelo juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos encaminhamentos da Operação Lava Jato, vem dividindo opiniões no Congresso Nacional, mas não no âmbito do judiciário e no campo da advocacia, onde pensadores do direito tem opinião bastante solidificada à luz do que prevê a legislação.

No caso das gravações das conversas telefônicas da presidente Dilma Rousseff, os operadores do direito chamam a atenção para o fato de que isso somente poderia ocorrer com autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) e, ocorrendo tal autorização, as investigações teriam de ser envidadas em segredo de justiça. Como todo o país tomou conhecimento, estupefato, as gravações da presidente não somente vazaram, por decisão do magistrado, como foram parar nos holofotes da mídia. Por si só, o ato é uma temeridade ao Estado democrático de direito. Conforme argumentou a presidente, em ato de solenidade pública no Estado da Bahia, se é permitido grampeá-la sem que haja determinação da maior Corte do país, pelo foro privilegiado que tem como chefe do Executivo, "o que poderá acontecer com o cidadão comum?".

Temerário, do mesmo modo, é autorização judicial para que a Polícia Federal gravasse conversas telefônicas entre o ex-

-presidente Lula e seu advogado, Roberto Teixeira. Se Lula é investigado pela operação, justifica-se, à luz da lei, a instalação do grampo. Mas uma pergunta se impõe: o advogado, que não é alvo de investigação, pode ter suas conversas gravadas, ao tratar dos procedimentos da defesa de seu cliente? Para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a resposta é não. E nessa ótica, o juiz Sérgio Moro teria violado prerrogativa relacionada à Lei 8.906, de 1994, que trata do Estatuto da Advocacia, e que garante o sigilo das conversas entre os profissionais do direito e seus clientes.

Indícios de que o juiz Moro cometeu excessos e tomou decisões ao arrepio da lei se configuraram após declarações do procurador-geral de Justiça, Rodrigo Janot, afirmou, textualmente, que "Se há uma decisão judicial que interrompe uma interceptação telefônica, tem de haver uma intimação à empresa telefônica para que ela cesse a interceptação. Até a empresa ser intimada, a interceptação telefônica tem validade". Ocorre que o jornal O Globo apurou que a conversa entre a presidente Dilma e o ex-presidente Lula teria sido gravada 46 minutos após a Polícia Federal ter comunicado à operadora telefônica que suspendesse o grampo telefônico. Sendo assim, teria havido irregularidade na captação do áudio.

Artigo

Martinho Moreira Franco - martinomoreira.franco@bol.com

De camelódromo a sulanca

A história continua atualíssima, como se viu sexta-feira passada na abertura da marcha em defesa da Presidente Dilma Rousseff

Quem transita diariamente pela Avenida Getúlio Vargas, um dos cartões postais da cidade, conhece muito bem a história que torno a contar. E torno porque ela continua atualíssima, como se viu sexta-feira passada na abertura da marcha em defesa da Presidente Dilma Rousseff. Lembram como os protagonistas (da história, não da manifestação) foram chegando? Chegando de dois, três, quatro. Um no começo da avenida, dois lá pro meio, mais um ou outro no final. Traziam nas mãos alguns limpadores de para-brisas, protetores de direção, tapetes, aqueles colares de bolinhas de madeira para proteger a coluna, peças desse tipo. Uma coisa aparentemente inofensiva.

A etapa seguinte foi aumentar o estoque de acessórios, colocando as peças sobre bancos do canteiro central. Era sinal de que o comércio estava prosperando. Era, também, um sinal de alerta: aquilo ainda iria se transformar numa praça de camelôs. E não deu outra. Como não se cuidou de refrear a prática, uma das mais belas e importantes avenidas da cidade transformava-se em camelódromo.

Elhem que ainda não se tinha visto da missa, um terço. Sim, porque depois da ocupação de bancos como mostruário, passou-se a

utilizar pontos do estacionamento com veículos que são verdadeiras barracas volantes, nas quais começaram a ser expostas calotas, rodas, capas de banco (e mesmo os próprios bancos), entre outras peças até então exclusivas do comércio formal. Pior que isso: o negócio passava a se diversificar, evoluindo (?) para os ramos de brinquedos, artigos de praia, utilidades domésticas e tudo quanto é de produto de plástico.

A Getúlio Vargas, das mansões (algumas já deformadas por uso não residencial, é verdade), do Liceu Paraibano, dos ipês amarelos e de traçado ainda hoje arrojado, virou a partir daí uma feira de sulanca. Só falta começarem a vender peças de vestuário, se é que já não partiram para isso. Uma pena!

E nem adianta chorar sobre o leite, quero dizer, sobre o leite derramado, pois agora é tarde. Inês é morta: se forem mexer com aquele comércio, será um deus-nos-acuda. E os ambulantes, sobretudo os motorizados (dizem que alguns são plantados ali por lojas de autopeças), vão alegar a questão do desemprego e vender o clássico argumento: "É melhor do que roubar". Podem até estar com certa razão. Mas dá uma tristeza danada ver uma avenida daquelas servindo de sulanca!

Artigo

Evaldo Gonçalves - Da Academia Paraibana de Letras

60 anos de Sudene

Ao comentar a realização, em Campina Grande, em 1956, do Primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste, ressaltei que Dom Helder Câmara foi seu idealizador, além de registrar que, desse evento, surgiu a Sudene, como Agência do Desenvolvimento Regional.

Dom Jaime Vieira, arcebispo de Natal, está reunindo ali, nos dias 18 a 20 de maio, os bispos da região, em simpósio que terá como tema de discussão, Nordeste e novos paradigmas civilizatórios.

Em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, aquele prelado convidou o governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, para coordenar a presença de todos os governadores do Nordeste, no Simpósio, a fim de que sejam discutidas as várias estratégias de solução para os desafios da região.

Louvamos a iniciativa, e acreditamos no seu êxito. E não é necessário ir muito longe para se identificar que o Nordeste brasileiro enfrenta hoje várias dificuldades. A primeira e maior delas é a falta de água, somente solucio-

nada com a Transposição do Rio São Francisco. Esperamos tal solução, há séculos.

Inquestionável, por outro lado, que a Sudene vem sendo esvaziada em suas atribuições e objetivos básicos, que é definir, prover e promover as estratégias para o desenvolvimento do Nordeste. Deixou de fazer parte das prioridades do Governo, há vários anos.

Naturalmente, as ideias centrais dos vários planos do tempo de Celso Furtado foram engavetadas pelos que se interessam pela permanência das desigualdades regionais, e nada deverá ser feito para diminuí-las ou eliminá-las.

Que os governadores e os bispos do Nordeste, em Natal, no próximo simpósio, possam dar sentido às justas reivindicações sociais e econômicas da região, a fim de que os nossos desníveis com relação ao desenvolvimento das outras sejam minorados, em definitivo.

Que as bênçãos do Padim Ciço e de Dom Helder Câmara iluminem os nossos caminhos, agora, que estão mais perto da santificação!

Humor

IMPEACHMENT...



UNInforme

Ricco Farias
papiroeletronico@hotmail.com



FOTO: Reprodução/Internet

MORO É, AGORA, O 1º DO RANKING

Desde o início da crise política no país, ano passado, o alvo preferencial dos grupos pró-governo era o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha (PMDB), por motivos óbvios. Cunha é, declaradamente, o maior inimigo do PT e do Palácio do Planalto. Todavia, nesse 'ranking' de inimigos do governo, se assim posso me expressar, Cunha parece ter caído, nos últimos dias, para a segunda colocação. O novo 'entronado' no posto de número 1 é o juiz federal Sérgio Moro (foto), sobretudo após o vazamento da gravação das conversas telefônicas do ex-presidente Lula com autoridades do governo, todas autorizadas pelo magistrado. É tanto é assim, que parlamentares do PT e do PCdoB vão entrar amanhã com uma representação contra Moro no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob a acusação de que ele teria violado direitos constitucionais, devido a quebra de sigilo e divulgação das conversas telefônicas. Moro, também, tornou-se alvo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que condenou a divulgação de conversas entre Lula e seu advogado, Roberto Teixeira. Para a entidade, ele desrespeitou garantias processuais e feriu o Estado democrático de direito.

DESCASO, NÃO

"O dinheiro público não pode ser tratado com descaso". Do promotor de Justiça João Geraldo Barbosa, da 2ª Promotoria do Meio Ambiente e Patrimônio Social de João Pessoa, após constatar falhas técnicas na obra de revitalização da Lagoa, entre as quais rachaduras no piso recém-instalado e problemas quanto à drenagem. Solicitou novamente à prefeitura o cronograma da obra e lembrou que a negação do pedido caracteriza crime.

'GUERRA DAS LIMINARES'

Vivemos a 'guerra das liminares', no caso envolvendo a posse do ex-presidente Lula como ministro da Casa Civil. Mal o desembargador Reis Fride, vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª região, cassar a segunda liminar que pedia a suspensão da posse, uma terceira foi expedida, agora por determinação da 1ª Vara Federal de Assis, interior de São Paulo. Até amanhã, creiam, outras aparecerão.

GRAMPEIA, PRA VER!

"Grampeia o presidente dos Estados Unidos para ver o que acontece". Da presidente Dilma Rousseff, ao condenar os grampos autorizados pelo juiz federal Sérgio Moro, que terminou por revelar suas conversas com o ex-presidente Lula, sem que houvesse autorização do Supremo Tribunal Federal (STF), como exige o caso quando o investigado é o presidente da República.

CONTRA O CÂNCER

Nesta semana, vai ao Plenário da Câmara dos Deputados, em regime de urgência, projeto de lei que interessa a milhares de famílias em todo o país: autoriza o uso da substância fosfoetanolamina sintética para tratamento de pacientes com câncer. A permissão já havia sido aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais da Casa.

'OPERAÇÃO PMB'

Uma fonte revelou à coluna que o deputado Veneziano Vital (PMDB) articula para conseguir o comando, em Campina Grande, do Partido da Mulher Brasileira (PMB), que somente obteve registro no TSE no ano passado. Caso a operação se concretize, a presidência ficaria com a esposa do deputado, Ana Cláudia, hoje superintendente da Funasa na Paraíba.

INTERCÂMBIO NO CANADÁ: INSCRIÇÕES ATÉ HOJE

Os alunos do 2º ano do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino têm até hoje para se inscreverem no Programa Gira Mundo de intercâmbio internacional em escolas do Canadá, informa a Secretaria de Estado da Educação. O cadastramento é feito online, no endereço www.paraiba.pb.gov.br/educacao. Até o fechamento desta edição, já haviam mais de 800 inscritos disputando 50 vagas.



A UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE IMPRENSA E EDITORA

Fundado em 2 de fevereiro de 1893 no governo de Álvaro Machado

BR-101 Km 3 - CEP 58.082-010
Distrito Industrial - João Pessoa/PB
PABX: (083) 3218-6500 /
ASSINATURA-CIRCULAÇÃO: 3218-6518
Comercial: 3218-6544 / 3218-6526
REDAÇÃO: 3218-6539 / 3218-6509

SUPERINTENDENTE
Albigeo Fernandes

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Murillo Padilha Câmara Neto

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Gilson Renato

DIRETOR TÉCNICO
Walter Galvão

EDITOR GERAL
Joanildo Mendes

EDITORA ADJUNTA
Renata Ferreira

CHEFE DE REPORTAGEM
Conceição Coutinho

EDITORES SETORIAIS: Geraldo Varela, Carlos Cavalcanti, Alexandre Macedo, Felipe Gesteira e Denise Vilar

EDITORES ASSISTENTES: Carlos Vieira, Emmanuel Noronha, José Napoleão Ângelo, Marcos Lima e Marcos Pereira

PROJETO GRÁFICO: Ricardo Araújo, Fernando Maradona e Klécio Bezerra

Assembleia Legislativa aprova leis que melhoram a vida das mulheres

FOTO: Agência ALPB

Projetos garantem direitos em áreas como educação, segurança e saúde

A Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) produziu nesta legislatura leis que beneficiam diretamente as mulheres. Dentre as que se destacam, está a 10.603, que dispõe sobre o atendimento às vítimas de violência sexual e torna obrigatório o atendimento hospitalar diferenciado multidisciplinar às crianças e mulheres vítimas de violência em geral.

Para o presidente Adriano Galdino, cuidar do bem-estar das mulheres garantindo seus direitos na sociedade tem sido uma das principais pautas da Assembleia Legislativa. "Debater e aprovar matérias que possam beneficiar a população e promover políticas públicas é obrigação de todo parlamentar e nesta legislatura tem sido a base do nosso trabalho diariamente", ressaltou.

Outro exemplo desta atenção é a Lei 10.609, cujo teor dispõe sobre a criação

da Política Estadual de Amparo e Assistência à Mulher Vítima de Violência. Já a lei 10.480 trata sobre a prioridade de matrícula e transparência e familiar nos estabelecimentos de ensino da rede pública.

A criação do Pacto Estadual Social para Humanização da Assistência ao Parto e Nascimento em todos os estabelecimentos de saúde do Estado da Paraíba também foi instituído através da Lei 10.548.

Os parlamentares também se preocupam em responsabilizar as mulheres vítimas de violência. Para isso, aprovaram a Lei 10.489 que obriga os hospitais a informarem à Delegacia de Polícia caso haja indícios de violência doméstica, especialmente contra a mulher, idoso, criança e adolescente.

No campo da economia, a Casa de Epitácio Pessoa aprovou a Lei 10.530, que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, no âmbito do Estado da Paraíba. Já a Lei 10.533 institui no âmbito do Estado da Paraíba, a Semana da Mulher.



No ano passado, foi aprovado em plenário um total de 30 requerimentos com propostas envolvendo direitos para as mulheres

A Lei 10.573 estabelece a obrigatoriedade de disponibilização da Lei Maria da Penha nos estabelecimentos para consulta da população.

Projetos em tramitação
Outros quatro projetos de lei estão atualmente em tramitação na Casa e dispõem sobre políticas públi-

cas para as mulheres. Além disso, foram aprovados em 2015 no plenário um total de 30 requerimentos com propostas envolvendo di-

reitos para as mulheres. E neste ano, já foram apresentados dois requerimentos que beneficiam as paraibanas.

FOTO: Secom-TRT

CIDADÃO PESSOENSE

Câmara concede cidadania ao médico Marco Aurélio

A Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP) vai realizar duas sessões solenes, no período de 21 a 25 de março. Serão dois eventos para entregar três homenagens: dois Títulos de Cidadão Pessoaense e uma Comenda Talento Esportivo. As solenidades acontecem no Plenário Senador Humberto Lucena, sempre a partir das 15h.

Na terça-feira (22), acontece a primeira sessão solene para entrega do Título de Cidadão Pessoaense ao médico cardiologista Marco Aurélio de Oliveira Barros. A propositura é do vereador Edson Cruz (PP).

Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1958, Marco Aurélio estagiou no Departamento de Cardiologia da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos, em 1961; no Instituto Nacional de Cardiologia do México, em 1962. Em 1964, iniciou suas atividades na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como instrutor de ensino; posteriormente, foi nomeado professor assistente, professor adjunto e, em 1978, conquistou o título de

professor livre docente, doutor em Medicina.

Na UFPB, exerceu várias funções, como: vice-diretor do Centro de Ciências da Saúde (CCS); diretor do Núcleo de Medicina Tropical; fundador e coordenador do Programa de Residência Médica; e diretor-presidente da Cooperativa Cultural. Em 1970, ao lado dos médicos Augusto de Almeida Filho e Lavoisier Feitosa, criou o Hospital Samaritano, onde, além de ser diretor, continua atendendo, como cardiologista e clínico. Foi também presidente do Programa Internacional dos Companheiros das Américas Paraíba-Connecticut (EUA) e da Academia Paraibana de Medicina, no biênio de 1997 a 1999.

Adriano vai receber título e comenda

A outra sessão solene da semana acontece na quarta-feira (23), para entrega do Título de Cidadão Pessoaense e da Comenda Talento Esportivo ao atleta e professor de basquete Adriano Lucena de Araújo. O vereador Marco Antônio (PHS) é o proponente da homenagem.

Em sua justificativa, o parlamentar lembrou que Adriano Lucena de Araújo nasceu no Rio de Janeiro (RJ), mas ficou residindo ainda criança em João Pessoa. Formado em Educação Física pela UFPB, Adriano Lucena de Araújo iniciou sua carreira de conquistas como técnico em 1995, sendo campeão masculino dos Jogos Escolares Mirins da Paraíba. No período de 1998 a 2014, conquistou torneios e cam-

peonatos locais em várias categorias, tanto no masculino, como no feminino. Após essas conquistas, teve seu trabalho reconhecido e foi chamado para comandar as Seleções Paraibanas de Base nas categorias masculino e feminino, onde começou também uma história de conquistas.

No biênio de 1995 a 1996, foi convidado para trabalhar como auxiliar técnico da Oral Roberts University, na cidade de Tulsa, Oklahoma (EUA), durante a temporada americana universitária de basquetebol da NACC, divisão I. Após essa conquista, muitas foram suas passagens pela Seleção Brasileira como auxiliar técnico da seleção.

Poder Judiciário realiza quinta plenária do Fórum Orçamentário 2ª

A quinta plenária do Fórum Orçamentário do Poder Judiciário do Estado da Paraíba ocorrerá nesta segunda-feira (21), às 8h, no Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto, na Comarca de João Pessoa. Participarão servidores e magistrados pertencentes à 1ª Circunscrição do Estado, integrada por 17 comarcas. O objetivo é eleger prioridades de investimentos com propostas que poderão ser incluídas no Orçamento de 2017.

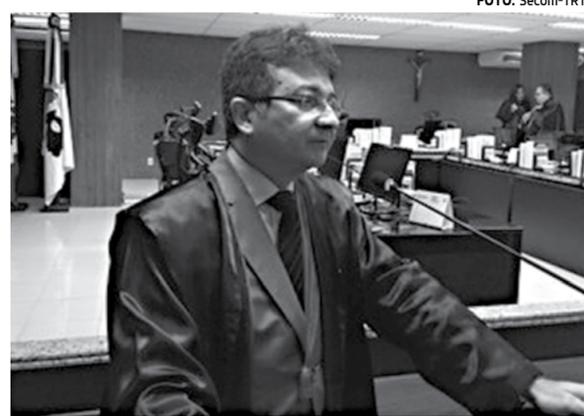
As demandas locais serão discutidas e votadas por integrantes das Comarcas de Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Gurinhém, Itabaiana, Jacaraú, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Pedras de Fogo, Pilar, Rio Tinto, Santa Rita e Sapé.

Na capital paraibana, duas plenárias serão realizadas, sendo uma, no 1º grau de jurisdição e outra, no 2º grau, onde haverá eleição de eixos prioritários para o Tribunal de Justiça.

Após a capital, o Fórum Orçamentário volta ao Sertão para a última plenária, que será realizada em Patos, junto às comarcas da 3ª Circunscrição.

Eventos realizados

Um total de quatro plenárias já foram realizadas este ano. A inauguração do fórum aconteceu na Comarca de Cajazeiras, no dia 29 de fevereiro, onde magistrados e servidores da 5ª Circunscrição votaram em "Segurança patrimonial e institucional", "Capacitação" e "Construção, ampliação e reforma de unidades judiciárias" como eixos prioritários de investimento para aquela região.



Presidente do TRT, desembargador Ubiratan Delgado, abriu o evento

Trabalho Seguro: TRT apresenta programa

O Tribunal do Trabalho da Paraíba (13ª Região) apresentou as ações que serão desenvolvidas na Paraíba pelo Programa Trabalho Seguro neste ano de 2016. A exposição aconteceu no auditório do Tribunal Pleno para desembargadores e gestores.

O presidente do TRT, desembargador Ubiratan Delgado fez a abertura do evento lembrando que 2016 é um ano atípico e de dificuldades orçamentárias, mas que programas de interesse da coletividade, como é o caso do Trabalho Seguro, não podem sofrer interrupção.

O juiz André Machado fez a apresentação das atividades que envolverão a campanha do "Programa Trabalho Seguro" para este ano, destacando ações em sindicatos, empresas, seminários e a palestra abordando o tema "Saúde mental no ambiente de trabalho".

Trabalho Seguro

Duas campanhas de publicidade foram desenvolvidas e destinadas a meios de comunicação. A primeira, em emissoras de rádio da Paraíba e a segunda, a busca de parceria com emissoras de TV, para exibição de vídeos.

A Assessoria de Comunicação Social do TRT pro-

duziu quatro vídeos focando a saúde do trabalhador, com dicas de direitos e deveres do trabalhador e do empregador para garantir o trabalho seguro. Dois vídeos enfocam a necessidade e o uso correto dos equipamentos de proteção individual. Outro vídeo informa que o acidente na rua, quando o funcionário está de serviço, é acidente de trabalho e o último vídeo enfoca que a doença em razão do serviço também é acidente de trabalho.

Os recursos para a confecção do material e produção das campanhas são do Orçamento 2015 e o juiz André Machado, que também é titular da Vara do Trabalho de Catolé do Rocha, lembrou que o orçamento do Programa foi reduzido praticamente a zero, mas que foi usada a criatividade para criar uma campanha que impactasse junto a população.

Os juízes André Machado e George Falcão são gestores do Programa Trabalho Seguro na Paraíba e integram o Getrín 13, que reúne representantes de várias entidades ligadas a saúde no trabalho. O programa Trabalho Seguro é um projeto estratégico do TRT e está alinhado ao Objetivo Estratégico nº 1, que é "Aprimorar o acesso à Justiça".

Obras da primeira etapa do Parque Parahyba vão custar R\$ 3 milhões

Obra será realizada pelo Governo do Estado e deve ser concluída em 18 meses

José Alves
Zavieira2@gmail.com

Reivindicado pelos moradores do bairro do Bessa e pelo vereador Lucas de Brito, desde o ano de 2013, a construção do Parque Linear Parahyba está prestes a se tornar uma realidade em razão do projeto de urbanização apresentado pelo Governador Ricardo Coutinho aos moradores do bairro. Segundo o vereador Lucas de Brito, diante da inércia da Prefeitura de João Pessoa, e com os moradores do Bessa já cansados de reivindicarem a obra do parque ao prefeito Luciano Cartaxo, eles decidiram procurar o governador Ricardo Coutinho através do secretário de Estado da Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, João Azevedo que assegurou a construção da primeira etapa da obra, com um investimento de R\$ 3 milhões.

Duas etapas

Pelo projeto apresentado pelo Governo do Estado, a obra do Parque Parahyba nos canais do Bessa foi dividida em duas etapas, sendo a verba no valor de R\$ 3 milhões para a primeira etapa que se inicia no Bessa Shopping, passando pelas proximidades do Colégio Pio XI até a orla. A segunda etapa do projeto, que se inicia na rua do Pio XI e segue até a BR-230, ainda está sendo reivindicada a prefeitura da capital. "O que estamos propondo é uma conjunção de esforços para que as obras do Parque Parahyba sejam realizadas e o governador Ricardo Coutinho já deu o pontapé inicial", disse Lucas.

Após apresentação do projeto, idealizado pelo Governo do Estado e aprovado por unanimidade pelos habitantes do bairro do Bessa no último dia 11, ficou acertado que as obras deverão ser iniciadas no próximo mês de setembro, devendo serem concluídas dentro de 18 meses.

A segunda etapa do projeto, que se inicia na rua do Pio XI e segue até a BR-230, ainda está sendo reivindicada a Prefeitura da capital



FOTO: Reprodução internet



FOTO: Ortilo Antônio

Vereador Lucas de Brito (no alto) reivindicou obra para o Bessa e o secretário João Azevedo (foto ao lado) apresentou o projeto aos moradores do bairro

Saiba mais

Crise e finanças

O vereador Lucas, afirmou que mesmo com a crise que vem abatendo o País, o governador Ricardo Coutinho deu mais uma demonstração de que sabe conduzir muito bem as finanças do Estado e se comprometeu em realizar a primeira etapa da obra. Acredito que a prefeitura também tenha orçamento para a realização da segunda etapa do parque. A primeira etapa está comprometida e orçada em R\$ 3 milhões pelo Governo do Estado. E conforme o vereador, a previsão é que a segunda etapa custe aos cofres municipais R\$ 2 milhões. Ele revelou que a prefeitura tem um orçamento anual de mais de R\$ 2 bilhões.

"Então, a prefeitura da capital poderia realizar a segunda etapa da obra em dois anos, investindo R\$ 1 milhão para cada ano. Isso não é pedir muito não, porque essa é a reivindicação número um do bairro que é bastante populoso e carente de equipamentos públicos", afirmou o vereador, enfatizando que argumento de crise não pode ser assimilado sem uma análise crítica.

Vontade política

Segundo ele, para que a prefeitura faça a segunda etapa da obra já que a primeira será feita pelo Governo do Estado, o que falta mesmo é vontade política, mas acredita que o projeto agora saia do papel, mas quem deve dar a palavra final é o prefeito Luciano Cartaxo.

"Estamos sugerindo que a prefeitura da capital deixe as brigas políticas de lado e se comprometa a fazer a segunda etapa da obra", disse o vereador Lucas complementando que se o Governo do Estado já se comprometeu a realizar a primeira etapa do projeto estamos solicitando que a Prefeitura

de João Pessoa se comprometa com a segunda etapa da obra que irá beneficiar toda a população de João Pessoa já que em sua essência ela traz mais qualidade de vida para todos os pessoenses. Ainda segundo Lucas, o projeto da segunda etapa da obra já foi apresentado por ele ao prefeito Luciano Cartaxo que acenou que a obra seria viável. "Eu espero que vaidades sejam deixadas de lado, porque a obra é de suma importância para a região do Bessa que é carente de obras públicas". Lucas pontuou que a orla do Bessa não dispõe de calçadinho, nem de praças. Lá segundo ele só tem uma praça que é a Praça do Caju.

A reivindicação da urbanização do parque Parahyba pelos canais do Bessa também vinha sendo pautada e cobrada pelo vereador Lucas de Brito, em nome dos moradores do bairro, através da Câmara Municipal ao prefeito da capital Luciano Cartaxo desde o ano de 2013. A obra é uma das principais bandeiras de reivindicação do parlamentar, que, nos últimos três anos (2013, 2014 e 2015) apresentou repetidos requerimentos solicitando o início das obras a partir dos canais do Bessa. Só que o tempo passou e nenhuma proposta da prefeitura para realizar a obra foi apresentada. Lucas de Brito também pautou o assunto em diferentes oportunidades da Tribuna da Câmara Municipal de João Pessoa (MJP), levando o então secretário de Planejamento, Rômulo Polari, a responder que o estudo orçamentário do Parque Parahyba estava, em outubro de 2013, chegando à fase final. "Mesmo dispondo de recursos garantidos através de emenda orçamentária que apresentei para a LOA 2016, a PMJP manteve-se indiferente à prioridade eleita pelos moradores do Bessa, desde 2012, através do Orçamento Participativo", reve-

lou o vereador afirmando que ainda bem que o Governo do Estado resolveu tomar à frente. "Não importa quem vai fazer a obra, o que importa é que o povo seja ouvido", ressaltou Lucas de Brito.

O Parque

Idealizado na gestão do então prefeito Luciano Agra, o Parque Linear Parahyba, tem como objetivos principais a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida dos habitantes de João Pessoa. O decreto de sua criação data do ano de 2010 e abrange uma área que inclui o Aeroclub e os vários canais que cortam o bairro do Bessa. Os canais estão localizados próximo ao Bessa Shopping, ao late Clube e ao Clube dos Médicos. Sendo que a área do Aeroclub continua sub-júdice, ou seja, ainda falta definir se o Aeroclub continua sendo uma área privada como está, ou se será feita sua desapropriação, solicitada desde o Governo Luciano Agra para transformar o Aeroclub em um grande parque.

Ciclovias e academia

O projeto de urbanização de canais denominado Parque Parahyba, foi apresentado pelo secretário João Azevedo no início deste mês. O empreendimento terá a ordem de serviço assinada pelo governador Ricardo Coutinho, logo após a licitação. O objetivo é urbanizar as áreas marginais aos canais do bairro. Com a urbanização, o local irá ganhar ciclovias, academia de ginástica, estacionamento, bicicletários, áreas de convivência, iluminação e playground, entre outros benefícios. Após o secretário João Azevedo explicar detalhes do empreendimento, os mais de 100 moradores representantes de associações do bairro apresen-

taram sugestões e, numa votação histórica, segundo eles, aprovaram por unanimidade o projeto do Parque Parahyba.

João Azevedo destacou que as obras terão início assim que a ordem de serviço for assinada, no prazo de 70 dias, e a execução se dará dentro de 12 a 18 meses. A área total soma mais de 15 hectares, o equivalente a 150 mil metros quadrados de urbanização.

O secretário lembrou que o Parque Parahyba foi criado em 2010 pelo então prefeito Ricardo Coutinho através de decreto. Agora, procurado pelos moradores, o Governo do Estado executará a obra de lazer e mobilidade urbana que será construída em duas etapas.

"Poder participar desse segundo momento que é a implantação é uma satisfação e tenho certeza que a população reconhece o esforço do Governo do Estado. Os recursos são próprios do Tesouro Estadual e o governador já reservou o dinheiro para a construção da obra após a licitação e assinatura da ordem de serviço", garantiu.

O presidente do Comitê Parque Parahyba, Dema Macedo, disse que a área é pública e carece de infraestrutura de mobilidade e lazer. "Esse é um interesse público acima de tudo e com esse projeto executado se tornará um atrativo de pessoas para a prática de esportes, lazer, além de trazer convivência para os moradores do Bessa e bairros vizinhos", ressaltou João Azevedo. O presidente da Sudema, João Vicente, afirmou que o projeto é simples e a obra realizada será um benefício ambiental para o Bessa. O projeto arquitetônico é da Superintendência do Plano de Desenvolvimento do Estado (Suplan), que executará a obra.



Projetos de energia eólica outorgados na Paraíba para as regiões de Santa Luzia e Teixeira e do Seridó deverão ser responsáveis pela geração de 481 megawatts de potência total

Paraíba pode se tornar polo gerador de energia renovável

Usinas eólicas e solares em construção vão gerar mais de 234 megawatts

Alexandre Nunes
alexandrenunes@gmail.com

A Paraíba está tendo um despertar, por parte dos empreendedores, para as energias renováveis e pode se tornar um polo significativo de geração de energia elétrica. A afirmação foi feita pelo secretário-executivo de Energia e do PAC, Robson Barbosa. Segundo informou o secretário, o setor de geração de energia renovável, instalado e funcionando na Paraíba, produz 62,7 megawatts, a partir dos parques eólicos existentes no Município de Mataraca, no Litoral Norte, que somados aos 3,2 megawatts gerados por uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) instalada em Coremas, no Sertão paraibano, totalizam 65,9 megawatts de energia elétrica gerada.

A Paraíba vai contabilizar, com as usinas eólicas e solares em construção, a geração de mais 234 megawatts, sendo 144 megawatts a serem gerados com a instalação de cinco usinas de energia solar e 90 megawatts por meio de três usinas de energia eólica. Os empreendimentos voltados para a energia solar estão sendo implantados nos Municípios de Coremas e Malta. As usinas são Coremas I, II e III, cada uma com 30 megawatts, e Malta e Angico I, com 27 megawatts cada. Já as usinas de energia eólica, denominadas como Canoas e Lagoa I e II, as três com geração de 30 megawatts, estão sendo construídas nos Municípios de São José do Sabugi e Santa Luzia.

Os projetos de energia eólica outorgados, na Paraíba, para as regiões de Santa Luzia e Teixeira e região do Seridó deverão ser responsáveis pela geração de 481 megawatts de potência total. Esses projetos autorizados pela Aneel poderão vir a ser habilitados em futuros leilões de venda de energia. Além disso, existem muitos empreendimentos em medição na Paraíba, em busca dos melhores ventos. "Atualmente, só na região do Seridó da Paraíba, existem mais de 50 projetos desenvolvendo campanha de medição de ventos para avaliação de recursos eólicos", revelou o secretário Robson Barbosa.

Ele informou, com relação ao próximo leilão de energia, que a Empresa de Pesquisa Energética - EPE cadastrou 1.055 empreendimentos interessados em parti-



Um dos projetos que vem obtendo resultados positivos em casas populares no Estado é o que utiliza energia solar fotovoltaica, que funciona através de painéis instalados nos telhados e microgeradores no interior dos imóveis



cipar do Leilão A-5 2016, que vai contratar energia elétrica para ser entregue ao mercado a partir de 1º de janeiro de 2021. Ao todo foram 47.618 megawatts inscritos em projetos eólicos; termelétricas a gás natural, biomassa, biogás e carvão; hidrelétricas; e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). O leilão será realizado no dia 29 de abril de 2016. "Desse universo, 32 empreendimentos estão localizados no Estado da Paraíba, sendo 31 usinas eólicas, totalizando 868 megawatts, e uma usina térmica a gás natural, com potência de 1.268 megawatts. Estamos no caminho certo para enfrentar o desafio de aumentar a participação da Paraíba na geração de energias limpas e renováveis", destacou.

Segundo observação do secretário Robson Barbosa, a Paraíba está começando a se tornar um polo de energia renovável e o papel do Governo do Estado, por meio da Secretaria Executiva de Energia e do PAC (Sepac), é ajudar e fomentar os empreendimentos, apoiando os investidores e os desenvolvedores do segmento, porque eles podem contribuir não só para renovar as matrizes energéticas do Estado e do País, como um todo, mas também criar oportunidades de empregos, principalmente para mão de obra especializada. "O Governo do Estado quer exatamente fazer essa coordenação, ver no que pode ajudar, por entender que isso traz benefícios para a Paraíba, já que nos projetos para produção de energia em grande escala, como no caso da eólica, as construções das usinas geram um significativo número de empregos, o pessoal ocupa hotéis, movimentam o comércio local e aumenta a arrecadação de ISS nos municípios envolvidos", ressaltou.

A composição da matriz de energia elétrica do Brasil, por tipo de fonte de geração, segundo dados da Aneel, divulgados este mês, é composta por fonte hídrica, responsável por 64,8% da geração de energia, ou seja, 92.150,04 megawatts; térmica, responsável por gerar 39.506,53 megawatts, que corresponde a 27,8%; eólica, que produz 8.430,45 megawatts, um percentual de 5,9%; nuclear, uma fonte que gera 1.990 megawatts, correspondente a 1,4%; e a solar, que aparece com a geração de 22,92 megawatts, ou seja 0,02%, uma participação ainda pequena, mas com potencial para crescer.

Continua na Página 6

Uso da energia solar em casas populares reduz valor da tarifa

FOTO: Evandro Pereira

Projeto-piloto foi desenvolvido em casas populares construídas pela Cehap em Mangabeira

Alexandre Nunes
alexandrenunes@gmail.com

A eficiência do projeto de utilização da energia solar fotovoltaica, em casas populares construídas pela Cehap, pode ser aferida no sentimento de satisfação expressado pela moradora de uma das oito casas inseridas no projeto-piloto, Maria Paula Gomes Salustiano, 37 anos, residente há aproximadamente dois anos no Cidade Verde, Mangabeira VIII. A economia já vem sendo percebida de maneira muito forte pelos beneficiários do projeto, o que também os motiva a zelar pelo equipamento instalado em suas casas.

"Passamos uns três meses, assim que recebemos a casa, sem este benefício. Depois é que vieram e colocaram as placas da energia solar. Para mim foi uma bênção terem instalado essas placas, porque reduziram bastante a conta de energia. Antes delas, eu cheguei a pagar quase 80 reais pela energia e hoje em dia pago entre 32 e 35 reais, isso se eu consumir, se usar bastante", justificou Maria Paula.

Ela disse que o sistema é todo automático e não precisa do usuário mexer em nada por seu funcionamento. "Se der algum problema numa tomada, ou em qualquer parte da instalação elétrica da casa, o sistema dispara e desliga automaticamente. Quando algum equipamento apresenta defeito, comunicamos à Cehap e eles enviam uma equipe técnica para trocá-lo. Foi muito bom a instalação do sistema de energia solar na minha casa", reconheceu.

Maria Paula assegurou que a maioria dos seus vizinhos, das oito

casas beneficiadas pelo projeto, têm a mesma opinião que ela. "Do jeito como as coisas estão com essa crise econômica, em que tudo está muito caro, você poder reduzir os gastos na conta de energia, para mim é muito bom. Na minha casa moram quatro pessoas, eu, meu marido e dois filhos e todos estamos bastante satisfeitos com esse benefício", ressaltou.

Os painéis fotovoltaicos geram a energia durante o dia e o que não é consumido vai para a rede de energia elétrica. Ao final do mês, o morador recebe um relatório mensal da concessionária, semelhante à conta de luz, pelo qual é informado sobre o balanço do mês. A economia mensal alcança de 20% a 70%, a depender das condições do tempo serem favoráveis ou não à geração de energia e do consumo dos usuários.

Todo mês, Maria Paula recebe junto com a conta de energia elétrica, o relatório da operadora do sistema, com o controle e acompanhamento dos valores utilizados para compensação da energia gerada. Num desses relatórios, o cálculo de consumo apresentou, em 31 dias, 72 kwh de energia consumida e 30 kwh de energia gerada, também consumida, totalizando 102 kwh. A energia consumida da operadora contabilizou um subtotal consumido de R\$ 45,77, mais R\$ 1,46 de lançamentos e serviços.

A energia gerada pelos painéis fotovoltaicos, também consumida, foi contabilizada na compensação, sendo somada aos saldos e gerando um subtotal de menos R\$ 13,02. Ao se confrontar os dados no sistema de compensação, o total a pagar importou em R\$ 34,21, ou seja, uma economia de 27,57%. Se a energia gerada exceder ao consumo da casa, o total de kwh excedente vai para um banco de saldo para posterior compensação.



Maria Paula mostra o equipamento instalado na sua casa que possibilitou uma redução significativa na conta de energia

Fontes renováveis: Paraíba tem infraestrutura

Um dos pontos-chaves para atração e implantação, com sucesso, de projetos para a geração de energia, seja solar, eólica, ou de qualquer outra fonte, é a infraestrutura de escoamento de energia, o que é feito por linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN). Outro ponto importante é a infraestrutura de estradas do Estado para acesso e transporte de equipamentos. Por último, mais agilidade na tramitação do licenciamento ambiental dos projetos, que na Paraíba é feito com menos burocracia, embora atendendo com rigor a todas as exigências da legislação ambiental, a exemplo das normas e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e da própria Superintendência de Administra-

ção do Meio Ambiente (Sudema), órgão responsável pela liberação.

Robson Barbosa observou que a Paraíba está preparada para atender às necessidades estruturais para instalações de novas usinas eólicas e solares. Segundo ele, a Paraíba é muito bem servida de estradas e tem uma boa capacidade de linhas de transmissão para escoar a energia gerada, a exemplo de Mussurê, Campina Grande e Coremas. "O que interessa ao empreendedor é a garantia de uma infraestrutura de estradas para o transporte de equipamentos, principalmente na fase de construção das usinas. A Paraíba quer se tornar um polo de destaque no Nordeste, na geração de energia eólica e solar, e para isso o Estado, além de ter

um bom potencial eólico e solar, oferece boa infraestrutura de estradas e apoio na agilidade do licenciamento ambiental".

Ele revelou que, dentre as prioridades da pasta, destacam-se o diagnóstico e o mapeamento das potencialidades energéticas do Estado, especialmente no que diz respeito às fontes renováveis de energia, a exemplo da solar, eólica e biomassa, com vistas a contribuir para o desenvolvimento energético da Paraíba, com base em uma matriz energética limpa e renovável. "A criação da nova Secretaria Executiva demonstra a intenção do governador Ricardo Coutinho em criar um setor específico, exatamente para dar atenção especial à área energética, com foco principalmente em energias renováveis, ou

seja, em energias limpas", pontuou.

O secretário destacou que, entre as ações do Governo do Estado para incentivar a ampliação do setor energético está a capacitação de técnicos em empreendimentos energéticos para formar mão de obra especializada. "A Sudema está desenvolvendo um programa de bolsistas, com engenheiros eletricitistas, exatamente para auxiliar no entendimento aos empreendimentos energéticos. O órgão trabalha para ter uma estrutura mais profissionalizada e a coisa andar com mais facilidade, ou seja, se você vai fazer uma linha de transmissão, tem que licenciar; se vai começar uma medição, tem que licenciar, e com uma equipe preparada os processos tramitam com mais rapidez".

Moradias populares da capital são beneficiadas

Mais um empreendimento de habitação popular na Paraíba, um condomínio com 206 apartamentos, será construído, em João Pessoa, já dotado de um sistema de minigeração por energia solar fotovoltaica. O projeto segue o "Manual Construção Consciente" lançado no ano passado pelo Governo do Estado e será o primeiro condomínio de apartamentos a receber a instalação de uma central geradora coletiva de energia elétrica, a partir de fontes

renováveis de energia, como a solar.

Segundo o engenheiro eletricista da Cehap, Diego Perazzo, ao invés de instalar um sistema de microgeração de energia solar fotovoltaica para cada unidade habitacional, como foi feito experimentalmente em oito casas do Cidade Verde, em Mangabeira, na capital, e também em 140 unidades habitacionais que estão sendo construídas no Município de Sousa, no Sertão, agora vai ser implantado um sistema de geração compartilhada

de energia, no condomínio de apartamentos que vai ser construído em frente ao Detran, em Mangabeira. Os gastos com a instalação do sistema coletivo é 40% menor do que seria gasto com sistemas individuais.

Diego Perazzo explicou que a energia gerada pelo sistema a ser instalado no condomínio será usada para abater o consumo de energia elétrica das unidades consumidoras. Quando a geração for maior que o consumo, o saldo positivo de ener-

gia poderá ser utilizado para abater o consumo na fatura do mês subsequente, segundo prevê a Resolução Normativa Aneel nº 482/2012. "É mais uma iniciativa pioneira do Governo do Estado. As múltiplas unidades consumidoras vão dividir igualmente os resultados da geração de energia e os descontos virão na conta de cada um morador do condomínio, já que a energia excedente será compensada pela concessionária, no caso a Energisa", explicou.



Com tecnologia da Embrapa, os agricultores do Assentamento Margarida Maria Alves passaram, em 2007, a produzir algodão colorido da variação rubi, sem aplicação de produto químico

Experiência pioneira obtém sucesso na retomada do cultivo do algodão

Projeto desenvolvido em Juarez Távora se estende a outros municípios da PB

Chico José
chicodocrato@gmail.com

Fruto de uma parceria entre o Governo do Estado, Prefeitura Municipal e a Embrapa Algodão, um grupo de 12 agricultores está coroadando de êxito uma experiência pioneira da retomada do cultivo do algodão no Estado da Paraíba. Esse projeto piloto está sendo desenvolvido desde 2005, no Assentamento Margarida Maria Alves, localizado

na Zona Rural do município de Juarez Távora, no Agreste paraibano, distante 75km de João Pessoa. A experiência já está se estendendo a outros municípios do Estado.

Em 25 hectares, os agricultores do assentamento iniciaram sua experiência com o plantio do algodão convencional (branco). Para esse tipo de cultivo eles usavam agrotóxico. A partir de 2007, com tecnologia da Embrapa Algodão, empresa do Governo Federal localizada em Campina Grande, eles passaram a produzir o algodão colorido da variedade rubi, o chamado algodão

agroecológico, em cujo cultivo não se aplica qualquer produto químico.

Trata-se do algodão orgânico, mais valorizado e com retorno financeiro maior para os produtores do Assentamento Margarida Maria Alves, que trabalham em sistema de cooperativa. A grande vantagem obtida pelos agricultores de Juarez Távora é garantia da compra de todo o algodão produzido no assentamento. Toda a produção de 2015 já foi comercializada por R\$ 34 mil. A média cobrada pelo quilo de pluma de algodão beneficiado é de R\$ 11,80.

Trinta e seis famílias de-

pendem hoje do cultivo do algodão colorido no Assentamento Margarida Maria Alves. O local dispõe de energia elétrica, escola para as crianças; e as casas compartilham cisternas para garantia de água potável. O dinheiro obtido no cultivo e beneficiamento do algodão orgânico está proporcionando às 36 famílias do assentamento um padrão de vida que elas não tinham antes do algodão convencional.

Usina de beneficiamento

Além do cultivo do algodão em regime de cooperativa na área de 25 hectares, os

agricultores também podem produzi-lo em glebas individuais de um a sete hectares, e ainda plantar pequenas lavouras de feijão e milho para subsistência. Os assentados também criam bovinos, caprinos, ovinos e aves, como forma de ampliar o faturamento e para o próprio consumo familiar. Ao todo, o Assentamento Margarida Maria Alves ocupa uma área de 736 hectares, onde, além das glebas de cultivo, foram construídos galpões e uma usina de beneficiamento. A área do assentamento foi desapropriada em 1997.

Na usina funcionam uma máquina de descarocamen-

to do algodão e outra para prensar os fardos de pluma. O algodão beneficiado é destinado às indústrias de tecido e de roupas.

O agricultor Luiz Rodrigues da Silva, presidente da associação dos assentados, informou que a usina é coletiva. O equipamento foi doado pela Embrapa, Emater, Sebrae e Coep (Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida). Após o descarocamento do algodão e a formação dos fardos de pluma para comercialização, as sementes são reaproveitadas como ração para os animais e para o replantio dos algodoeiros.

Plantio da safra de 2016 começa no mês de maio

A partir do dia 10 de maio começará o plantio da safra de 2016. Luiz Rodrigues explicou que o algodão de cor vermelha leva três meses para florescer. Mas a escassez de chuvas vem reduzindo a produção. Em 2014 foram colhidas cinco toneladas de pluma. Mas em 2015 os agricultores só conseguiram colher três toneladas. O dinheiro obtido com a venda do algodão é investido na compra de combustível e na manutenção do trator que é usado no preparo das glebas de cultivo. A energia elétrica da usina de beneficiamento é custeada pela Prefeitura de Juarez Távora.

Segundo o presidente da associação do assentamento, Luiz Rodrigues, um hectare plantado rende mil quilos de algodão em rama. Todo o plantio é feito em área de sequeiro. Além do algodão rubi, no assentamento são cultivados algodão branco e da variedade topázio. Na Usina, que foi instalada em



Luiz Rodrigues da Silva, presidente da associação do assentamento, mostra as variedades de algodão cultivadas

2000, além do algodão produzido pelos assentados, beneficia algodão produzido num assentamento do Município de Remígio.

Projeto Algodão Brasil

Waltemilton Cartaxo, analista de comunicação e transferência de tecnologia da Embrapa

Algodão comemora o êxito do projeto desenvolvido no Município de Juarez Távora. "Estamos vendo ali o resultado de dez anos de trabalho da Embrapa. É um modelo de experiência de sucesso para todo o Brasil, já que o agricultor produz com a garantia de que a produção

será vendida", disse Cartaxo.

De acordo com Waltemilton Cartaxo, a Embrapa executará nos próximos três anos o "Projeto Algodão Brasil", que será levado a campo já em 2017, ampliando as áreas e retomando, assim, o cultivo da fibra na Paraíba, Ceará, Pernambuco, Rio

Grande do Norte, Bahia e no Centro-Oeste brasileiro. "A ideia é verticalizar a produção com as escolas de campo das Unidades de Teste e Demonstração (UTD). Serão beneficiados os agricultores familiares. "Enquanto no Centro-Oeste, para gerar um emprego são necessários 84 hectares, na agricultura familiar, gera-se um emprego com apenas um hectare", frisou o técnico da Embrapa Algodão.

Na Paraíba a Embrapa já desenvolve ações em área de 350 hectares, para o cultivo de algodão branco no formato agroecológico, nos municípios de Patos, no Sertão; Picuí, no Curimataú; Gurinhém, Mogeiro e Salgado de São Félix no Agreste do Estado.

Por meio de uma parceria entre a Embrapa, na difusão de tecnologia; Emater Paraíba, na orientação técnica, o algodão produzido nessa nova fase será adquirido pela Norfil, uma fábrica de fios de João Pessoa, para revenda à indústria de tecidos Cataguases, de Minas Gerais.

Mercados públicos da capital estão se transformando em verdadeiros lixões

FOTOS: Evandro Pereira

Sujeira não é privilégio de um; vai do Mercado Central ao de Oitizeiro

Janielle Ventura
Especial para A União

É fácil para qualquer pessoa que decidir se aventurar entre os corredores do Mercado Público de Oitizeiro e do Mercado Central se deparar com a falta de higiene. Tudo pode ser encontrado, desde canos estourados e esgoto escoando, até restos de carnes pelo chão e gatos aninhados sobre as bancas de venda. Os comerciantes fazem o que podem para manter seus produtos limpos, mas a falta de assistência afeta a todos.

Um cheiro forte de urina e comida estragada também está presente no Mercado de Oitizeiro. O desnivelamento do chão é um perigo para os frequentadores do Mercado Central. A cliente Isabel Toscano diz que sempre compra feijão no Oitizeiro, mas só porque conhece o comerciante e sabe que ele faz a limpeza correta da sua bancada. "Em uma nota de 0 a 10, eu dou 4 só por causa do meu amigo. Mas esse lugar precisa urgentemente de uma melhora", afirmou.

Alguns comerciantes que não quiseram se identificar para não sofrer represália disseram que há muito o que se fazer para preservar a essência do lugar. Além da limpeza, uma nova reestruturação deve ser feita. Isso porque os corredores são estreitos, o chão desnivelado não dá segurança para idosos, crianças ou deficientes.

Isabel Toscano é comerciante e está no mercado há mais de 14 anos. Está no seu ponto todos os dias, chegando às 6h e saindo às 13h. Sem medo de reivindicar seus direitos e procurando apoio, além da limpeza ela também pede mais fiscalização, não só durante a semana, mas principalmente aos domingos quando há maior movimentação no local.

"Eles limpavam aqui toda segunda-feira, mas agora dizem que a mangueira não chega até aqui na frente. Só limpam uma parte e vão embora, deixando o resto tudo sujo. Além disso, aqui é local de trabalho e as pessoas fazem uma bagunça. Deveria haver mais fiscalização. Outras pessoas também tentam pegar meu ponto de venda. O lugar que é meu. Eu tento reclamar mas ninguém faz nada!", exclamou.

Limpeza

Caminhando até o fundo do mercado, podem ser observadas várias caçambas para depositar lixo. Lá, a reportagem do jornal **A União** encontrou agentes da Emlur coletando e fazendo a limpeza. O monitor de limpeza, Rosildo Paulo da Costa, é responsável por coordenar esse serviço e os outros agentes. Ele diz que todos os dias, exceto às terças-feiras, os agentes realizam a higienização do mercado, porém, todos devem fazer a sua parte.

Segundo ele, deve ser feito um trabalho socioeducativo com os comerciantes para que eles, individual-



Pablo Barbosa, responsável pela manutenção do Mercado de Oitizeiro, admite problemas por falta de reformas



Denise dos Santos, auxiliar administrativa do Mercado Central, diz que não há agentes da Emlur suficientes

mente, façam o seu dever e limpem a sua banca. "Façamos a limpeza dentro do mercado e nos arredores. Mas tem comerciante que simplesmente joga as tripas das carnes e restos de comida embaixo da bancada, dificultando a limpeza. Eles deveriam juntar e jogar aqui nas caçambas, mas não fazem isso", explicou.

Manutenção

O responsável pela manutenção e organização do Mercado de Oitizeiro é o diretor Pablo Barbosa. Admitindo os problemas da falta de reforma, ele diz que infelizmente passa por uma crise muito complicada e que ainda não conseguiu concretizar o projeto para revitalização do local. Entretanto, ele garante que a ideia é de realizar essa reforma em 2017.

"Eles limpavam aqui toda segunda-feira, mas agora dizem que a mangueira não chega até aqui na frente"

Comerciantes pedem mais segurança e apoio médico

Apesar da reforma, os comerciantes do Mercado Central garantem que pouca coisa mudou na rotina dos trabalhadores. Eles dizem que com certeza está mais organizado e espaçoso, porém, os assaltos e a falta de assistência médica prejudicam aqueles que só desejam trabalhar honestamente. Segundo um dos comerciantes, o lugar parece um tipo de refúgio para os assaltantes que aproveitam a movimentação para se esconder no local.

A feirante Kátia da Silva decidiu expor suas necessidades e reivindicações. Ela vende verduras, frutas e de tudo um pouco na sua banca. Desde os 12 anos tem seu lugar marcado no Mercado Central e fica triste com a falta de segurança. Apesar de ter agentes

da Guarda Municipal, ela diz não ser o suficiente para manter a segurança do lugar.

Na limpeza, sua única reivindicação é de que pessoas mais jovens trabalhem na área. Segundo ela, as que estão trabalhando são pessoas idosas e capazes de sofrer algum tipo de acidente. Preocupada, ela diz que a falta de assistência médica já fez com que um senhor acabasse morrendo de infarto, porque o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência demorou muito para chegar.

Administração

Sabendo das reivindicações de todos os comerciantes, a auxiliar administrativa Denise dos Santos diz que a Emlur faz o trabalho de limpeza diariamente. Porém,

ela ressalta que o número não é o suficiente e por isso deve haver a conscientização de não jogar lixo no chão e sim nos depósitos espalhados por todo o mercado.

Em relação à segurança, ela garante que o administrador já solicitou policiamento diversas vezes e que em algumas ocasiões o Comando Geral já visitou o mercado para fazer avaliações. Um ofício já foi enviado e no momento estão aguardando que montem um posto permanente de policiamento.

Quando há problemas de saúde, ela diz que o Samu é acionado imediatamente, entretanto, nem sempre o serviço consegue chegar em tempo hábil. Ela reconhece que um posto de assistência médica permanente seria o ideal, mas nas condições atuais isso infelizmente não é possível.

Aedes aegypti

Para combater o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor das doenças como dengue, chikungunya e vírus zika, é preciso o apoio de todos. O número de agentes da Emlur é inferior ao que o local necessita e com isso, entulhos e lixo são vistos espalhados e empilhados em diversas partes do ambiente. Denise garante que os agentes de Vigilância Ambiental e Zoonoses têm participado de forma assídua no combate, mas a população deve contribuir ao jogar o lixo nos locais indicados.



A feirante Kátia da Silva diz ficar triste por causa da falta de higiene e de segurança

DIA INTERNACIONAL DE LUTA

Discriminação racial em debate

A Comissão de Direitos Humanos do Senado realiza audiência pública amanhã

Da Agência Senado

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove audiência pública interativa nesta segunda-feira (21), a partir das 9h, para debater o Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial, comemorado no mesmo dia. A iniciativa da reunião é do presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados para participar da discussão a secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Luciana Ramos; a presidente da Fundação Cultural Palmares, Cida Abreu; o advogado e integrante do Grupo de Trabalho Jurídico da Casa de Oxumaré, Melillo Nascimento; e o presidente do Movimento do Orgulho Afrodescendente (MOA), Thiago de Oliveira Sampaio da Silva.



FOTO: Wilson Dias/Agência Brasil

O presidente da CDH, Paulo Paim, sugeriu a audiência pública

Também devem participar dos debates o presidente da Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno, Rafael Moreira; a representante do Movimento Negro Unificado (MNU), Aline Costa; e a coordenadora de Promoção de Políticas de Igualdade Racial

da Secretaria de Igualdade Racial do Distrito Federal, Janaína Bittencourt.

Qualquer pessoa pode participar da audiência pública interativa com perguntas, críticas e sugestões por meio do Portal e-Cidadania e pelo Alô Senado (0800 612211).

VOTAÇÃO DE MPS

CMO pode aprovar mais créditos para ministérios

Da Agência Estado

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) se reúne na terça-feira (22), às 13h, para votar, entre outros itens, duas medidas provisórias que, juntas, abrem R\$ 37,8 bilhões em créditos suplementares para ministérios. Uma delas já está em regime de urgência. A comissão também deve tentar votar, mais uma vez, as contas do Governo Federal do ano de 2014, que foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A MP 702/2015, que está tramitando em regime de urgência desde o último dia 13, abre R\$ 37,6 bilhões em créditos para os Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e das Cidades, e também para encargos financeiros da União. O dinheiro será direcionado para procedimentos de média e alta complexidade no Sistema Único de Saúde (SUS), atualização monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e projetos sociais em áreas urbanas. Os encargos são referentes ao Programa de Sustentação do Investi-

mento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A medida tem parecer favorável do relator, senador Hélio José (PMDB-DF), sem emendas. Caso seja aprovada, ela seguirá para votação na Câmara dos Deputados, com prioridade sobre outras matérias.

A MP 715/2016 disponibiliza R\$ 316,2 milhões para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de financiar programas de agricultura familiar. Essa MP somente entrará em regime de urgência no dia 16 de abril. A relatora é a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Contas

Também está na pauta da CMO a prestação de contas do Governo Federal de 2014, que teve parecer unânime pela rejeição no TCU. O relatório do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), porém, é pela aprovação, com ressalvas. Há também um voto em separado, do deputado Izalci (PSDB-DF), pela rejeição. Os demais itens da pauta incluem outras demonstrações financeiras da União e também de alguns órgãos federais.

Três Pontos

1 Em um mesmo projeto de lei complementar, em elaboração final no Ministério da Fazenda para ser enviado ao Congresso na segunda-feira, o governo propõe a criação das reservas bancárias remuneradas como um novo instrumento de política monetária para o Banco Central administrar a liquidez da economia. Vai, também, refinar a dívida dos Estados, medida que abrirá espaço para cerca de R\$ 9 bilhões em investimentos e estabelecerá um teto para a expansão do gasto público. (Valor Econômico)

2 O ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, disse nesta sexta-feira que "está na hora" de a política ajudar na recuperação da economia, reconhecendo que o ambiente está bastante conturbado. "Propostas extremas, seja de um lado ou de outro, não são sustentáveis", afirmou ele durante evento em São Paulo. "Incerteza política atrasa a recuperação econômica." O ministro citou a ida do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a Casa Civil como um ponto positivo para construir soluções políticas e econômicas. (Exame)

3 "O único motor de crescimento são os EUA", disse Sri Mulyani Indrawati, diretor-gerente e diretor operacional do Banco Mundial, em um discurso ontem em Washington. Mas alguns especialistas e reguladores se preocupam com essa dependência da economia americana. A força relativa dos EUA, dizem eles, só pode ir até um certo ponto para tirar o mundo de sua letargia. "A economia dos EUA sozinha não consegue empurrar a economia global. Nós simplesmente não temos o torque", diz Timothy Adams, diretor do Instituto de Finanças Internacionais, associação comercial que representa as instituições financeiras. (The Wall Street Journal)

60 Anos Depois...

Há seis décadas sob a articulação do arcebispo-auxiliar do Rio de Janeiro e secretário geral da CNBB, Dom Hélder Câmara e com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek, Campina Grande sediava o 1º Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em maio de 1956. Daquela evento surgiu um manifesto que destacava os principais problemas regionais, lançando a semente que germinaria e se tornaria a SUDENE. Em maio de 2016 Campina Grande vai sediar, novamente, o Encontro dos Bispos do Nordeste. O evento realizado pelo Observatório Social do Nordeste terá o apoio da Prefeitura Municipal e da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP. No último dia 15, o presidente da FIEP, Francisco de Assis Benevides Gadelha recebeu o secretário de Planejamento, André Agra, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Luiz Alberto Leite, e o arcebispo de Natal, dom Jaime Vieira Rocha para tratar do evento.

Na ocasião, Francisco Gadelha confirmou apoio ao evento, que acontecerá de 18 a 20 de maio, no auditório do Garden Hotel, e terá como tema "Nordeste: cuidado com a casa comum – novo paradigma civilizatório". É esperada a participação de cerca de 500 pessoas, entre Bispos, governadores, prefeitos, instituições e estudiosos de toda a região. O Arcebispo de Natal, Dom Jaime, destacou a razão pela escolha de Campina Grande: "Escolhemos Campina por ser uma cidade que promove tantas experiências exitosas em termos de educação e políticas públicas, como estamos vendo aí a construção do maior Conjunto Habitacional do "Minha Casa, Minha Vida" sendo tocada pela Prefeitura de Campina Grande, visando a humanização das pessoas e a qualidade de vida urbana. Vale salientar que hoje a Prefeitura Municipal de Campina Grande dá exemplo em "Política de Estado".



Presidente da FIEP, Francisco Gadelha, recebe o Arcebispo de Natal e a equipe responsável pelo Encontro dos Bispos do Nordeste

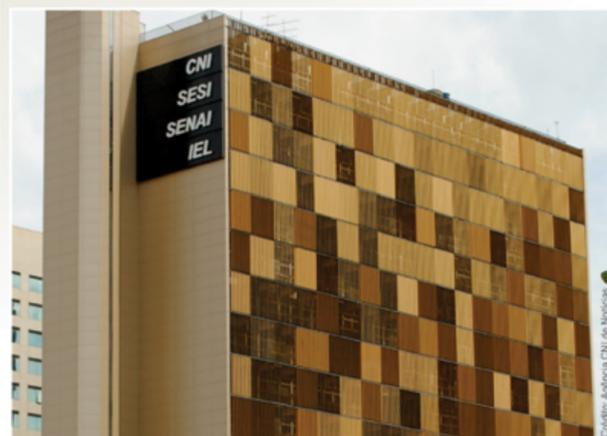
Exportação

A Paraíba tem se destacado no cenário dos negócios de exportações. Aproveitando esse bom momento e visando oferecer mais ferramentas aos empresários do setor o Centro Internacional de Negócios da Paraíba (CIN) realizará, no próximo dia 12 de abril, em João Pessoa, por meio de uma parceria entre a Confederação Nacional da Indústria – CNI e o Sebrae, a capacitação empresarial "Exportação Passo a Passo".

O curso com duração de oito horas será ministrado por Vânia Strepeckes, que possui 18 anos de experiência em inteligência comercial, marketing internacional e coordenação de projetos. Além disso Vânia é sócia-administradora da VLSul, docente do SENAC-RS nos cursos de comércio exterior e logística, consultora e docente da FIERGS, consultora do SEBRAE-RS para assuntos de internacionalização, planejamento estratégico e marketing internacional, consultora do IEITEC para desenvolvimento e gestão de projeto de inovação. O curso será ministrado no Shopping SEBRAE, que está localizado na Av. Maranhão, nº 983, Bairro dos Estados, em João Pessoa/PB. Outras informações poderão ser disponibilizadas através do e-mail do CIN, cin@cinpb.org.br, ou do telefone 83 3221-4884.

CNI em Defesa do Brasil

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) é uma instituição que se faz presente em todos os momentos do País desde sua fundação em 1938, tomando posturas e contribuindo de forma efetiva com o Desenvolvimento Nacional. E diante do momento que o Brasil atravessa ela lançou um "Comunicado à Nação", onde resume o sentimento dos brasileiros responsáveis e empenhados em criar um ambiente seguro para que se recoloca o País no rumo do crescimento econômico e social, em toda sua força e vigor, voltando à pujança que existia até bem pouco tempo.



Sede da CNI, Casa do Industrial Brasileiro

Na "Carta à Nação" a CNI exorta os responsáveis pela direção do País a recuperar a governabilidade perdida, única forma de readquirir a estabilidade social, que conduz ao caminho da produtividade, gerando empregos e renda. No fim do documento a CNI assim se manifesta: "Neste Momento turbulento da vida nacional, a indústria brasileira exige grandeza, serenidade e espírito público dos homens e mulheres que ocupam os Três Poderes da República, para que o Brasil possa superar cenário adverso, voltar a crescer e ter confiança no futuro." A "Carta à Nação" foi assinada pelo Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade. Para ler o documento na íntegra acesse www.fiepb.com.br



Novo CPC entra em vigor com a promessa de agilizar as ações

Código tem a promessa de assegurar processos judiciais mais simples e rápidos

Karine Melo
Da Agência Brasil

Entrou em vigor na sexta-feira (18), o novo Código de Processo Civil (CPC), Lei 13.105/15. Primeiro CPC adotado no País em plena vigência da democracia, o texto que passou por quase cinco anos de debates no Congresso Nacional, busca garantir maior efetividade aos princípios constitucionais e nasce com a promessa de assegurar processos judiciais mais simples e rápidos.

Com o novo código, recursos são extintos e multas aumentam para quem recorrer apenas para adiar decisões. Além disso, a Justiça deve ganhar rapidez com o mecanismo de julgamento de recursos repetitivos, que permitirá a aplicação de uma decisão única para processos iguais. O texto determina ainda a criação de centros judiciários para que se promova a solução consensual de conflitos.

Para o ex-presidente do



FOTO: Agência Estado

O texto do CDC determina a criação de centros judiciários para que se promova a solução consensual

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que integrou a comissão de juristas responsáveis pelo anteprojeto que resultou no novo CPC, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, o grande problema do Judiciário brasileiro é a morosidade que precisa ser enfrentada.

O advogado acrescentou que a questão é agravada por mais de 100 milhões de processos que tramitam na Justiça brasileira, especialmente na primeira instância, e pela falta de recursos humanos para julgar essa demanda. "A sociedade brasileira não está disposta

a gastar mais recursos com o Judiciário, por isso o novo CPC se apresenta com alternativas criativas, para diminuir a burocracia da tramitação e os obstáculos que impedem o andamento rápido do processo", explicou Marcus Vinícius.

Nesse sentido especialistas ouvidos pela Agência Brasil foram unânimes em dizer que um dos pontos altos do novo código é o estímulo à mediação e à conciliação. O código prevê que a tentativa de conciliação deve ocorrer no início de todas as ações cíveis. O entendimento é de que a deci-

são quando é alcançada pelo meio de uma conciliação põe fim definitivo à questão.

"O que estava acontecendo com o código antigo, que era de 1973, é que ele foi se desmontando. O novo código, não é uma maravilha, mas vem tentar resolver pelo menos uma nova sistemática à prestação da atividade jurisdicional, que é consagrada em uma sentença e no cumprimento dela. Nesse particular, indubitavelmente o novo código é um avanço muito grande", disse o professor de Processo Civil da Universidade de Brasília, Jorge Amaury Maia Nunes.

Walter Galvão

galvaopww@gmail.com

Perplexidade

Ao que me consta, o peemedebista Eduardo Campos, presidente da Câmara dos Deputados, foi qualificado como réu da Operação Lava Jato pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Vamos dar uma olhada neste informe que recortei do portal do PSOL:

"O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), finalmente tornou-se réu por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro investigados na Operação Lava Jato. Com 10 votos a zero, o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou, na tarde dessa quinta-feira (3/3/2016), o julgamento do Inquérito 3983, ajuizado pelo Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, com denúncias contra o presidente da Câmara e a ex-deputada federal e atual prefeita de Rio Bonito (RJ), Solange Almeida, que também será investigada em ação penal. Cunha passa a ser o primeiro parlamentar no exercício do mandato a se tornar réu a partir das investigações da Operação Lava Jato, que apura um esquema de corrupção na Petrobras. Outros 37 deputados e senadores são investigados".

Diante desse relato, é de se concluir que alguma coisa está muito errada no fato de justamente esse parlamentar ser o encarregado de conduzir o ritual que se iniciou na quinta-feira para impedir a presidente Dilma Rousseff de continuar no cargo.

Aí, eu pergunto: como é que pode uma coisa dessas? Onde já se viu um réu conduzir o estágio fundamental do julgamento político da principal autoridade do país? Acho que seria a mesma coisa encarregar a raposa de conduzir uma investigação sobre o sequestro dos habitantes do galinheiro. Ou, usando uma metáfora sanitária de Lula, alguém usar uma fatia de canjica como papel higiênico.

Certamente, os juristas antenados com marcações epistemológicas que desvelam filigranas dialéticas da prática judicante a partir da concepção substancialista do Direito Natural dos gregos e das formulações de Santo Tomaz de Aquino sobre a hierarquia das leis; e também afeitos ao método indutivo geométrico do renascentista Hugo Grócio, ou de Groot, criador do Direito Internacional e do Jusnaturalismo, autor considerado determinante do núcleo racional das teorias contratualistas de Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e John Locke, passando pela confrontação positivista kelseniana à principiologia naturalista, confronto ampliado pelo discurso não sectário de Norberto Bobbio, certamente, repito, a mim os juristas responderão:

"Você é um leigo, Galvão. Não compreende as razões técnicas da Justiça e do Direito, muito menos as emulações doutrinárias advindas da zetética e da dogmática, sequer sabe qual a diferença entre o formal e o material".

Concordo. Sou um cidadão que utiliza nessas crônicas os fundamentos da análise do discurso, a lógica e a prudência, indispensáveis à prática crítica do jornalismo. E só. Mas insisto na exposição da minha perplexidade. A Justiça em São Paulo compreendeu que o fato de Lula ser investigado pela Lava Jato seria o suficiente para suspender a legalidade da posse do ex-presidente da República.

Mas porque ninguém até agora provocou a Justiça para tentar impedir o que mais parece uma piada de mau gosto que é essa militância do réu-deputado Eduardo Cunha? Ele está protagonizando a produção de um processo, o impeachment, que seria o saneamento ético do presidencialismo de coalizão em vigor no Brasil. E se alguém tentou, o que houve que ele continua à frente da Câmara dos Deputados?

Esse tipo de cenografia da prática do poder projeta uma simbologia. E nesse cenário a impunidade e a burla representadas por Cunha equivalem ao scracht, aquele arranhado que os DJs descolados fazem ao manipularem o vinil na pick up da mesa de som.

Para muitos, a presença do presidente da Câmara no parlamento, e no processo de impeachment que iniciaram contra Dilma Rousseff, é o mesmo que usar scracht num bolachão de vinil em que Yehudi Menuhin executa um dos concertos Brandenburgo. Bizarro até para Zé do Caixão e Stephen King.

Tais aberrações se multiplicam no corpo da nossa legislação, insultando e fragilizando a alma da nossa democracia. É também o caso do foro especial do qual dizem que Dilma e Lula tramaram uma fuga embutida em nomeação para que o desbocado ex-presidente escapasse desse bafafá todo de sítio, triplex e instituto. Como conceber tal brecha legal para dificultar a punição de autoridades que por ventura venham um dia a cometer crimes?

É diante dessas coisas, que não são de hoje, que costumavam dizer os antigos: "Fures privatorum in vero atque in compediibus aetatem agunt, fures publici in auro atque in púrpura". Ou seja: "Os ladrões dos bens privados passam a vida no cárcere e nos grilhões; os ladrões dos bens públicos, no ouro e na púrpura".

Tópicos

● Ações coletivas

Entre as novidades do novo código está ainda a possibilidade de ações individuais serem transformadas em coletivas. Antes, as partes serão consultadas para verificar se aceitam a conversão do processo.

● Vinculação de decisões

Até quinta-feira (17), apenas as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal deveriam ser seguidas pelos outros tribunais. A partir de agora, os tribunais devem necessariamente seguir decisões do plenário do Supremo em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em outros temas. Se não houver decisão dos tribunais superiores, a primeira instância necessariamente deve seguir a segunda instância (tribunais de Justiça estaduais ou tribunais regionais federais).

● Recursos

O novo CPC retira a possibilidade de agravo de instrumento para decisões intermediárias sobre provas e perícias, por exemplo. Acabam os chamados embargos infringentes - recurso apresentado em decisões colegiadas com apenas um voto contrário -, mas prevê que o caso seja reavaliado por outra composição de juízes. Além disso, a cada nova instância que recorrer e perder, a parte passa a pagar as custas do processo e os honorários, e não somente no fim do processo em caso de derrota.

● Ações repetitivas

Uma mesma decisão poderá ser aplicada a várias ações individuais que tratam do mesmo tema. Entre as ações que podem ser beneficiadas estão, por exemplo, processos contra planos de saúde, empresas de telefonia e concessionárias de automóveis. Nesses casos, todas as ações de primeira instância serão paralisadas até que a segunda instância tome uma decisão sobre uma amostra de casos.

● Ordem cronológica

Também no novo CPC está a regra que estabelece que os juízes terão que julgar processos pela ordem de chegada. A medida evitará que ações novas sejam julgadas antes de antigas. Situações excepcionais e causas relevantes continuam tendo prioridade.

● Testemunhas

Para dar mais agilidade às ações, caberá aos advogados das partes notificar as testemunhas do processo e levá-las a juízo. Caso elas não compareçam, o processo vai correr sob o entendimento de que a testemunha foi dispensada. Até então, audiências de instrução para ouvir testemunhas são remarcações sucessi-

vamente pelo fato de essas pessoas não terem sido localizadas pelos oficiais de Justiça, por apresentarem atestado médico, ou ainda por simplesmente não atenderem à intimação.

● Condomínio inadimplente

O condômino inadimplente é obrigado pagar a dívida com o condomínio em até três dias, sob pena de penhora do imóvel. O devedor terá três dias para pagar o débito, ou terá seu imóvel penhorado. A lei só dá uma alternativa para o devedor: fazer pagamento parcelado em seis vezes.

● Divórcio

A separação judicial de casais é permitida antes de eles decidirem entrar com pedido de divórcio. Assim, eles terão a possibilidade de reverter a decisão da separação com mais facilidade, caso desejem. O texto mantém a possibilidade de o casal partir diretamente para o divórcio, o que é previsto pela Constituição desde 2010. Antes, o divórcio só era permitido um ano depois da separação formal ou dois anos após a separação de fato.

● Pensão alimentícia

Após a decisão judicial, depósito de pensão alimentícia deverá ser feito em três dias. No caso de não pagamento, o devedor será preso em regime fechado, mas em cela separada, pelo prazo de 1 a 3 meses.

● Reintegração de posse

Audiências públicas terão que ser realizadas para ouvir todos os lados antes de decidir sobre a reintegração, quando o local estiver ocupado por mais de 12 meses.

● Regulamentação

Alguns dispositivos do novo Código de Processo Civil ainda dependem de regulamentação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Uma consulta pública sobre alguns temas foi aberta até 4 de abril no site do órgão. Todas as propostas de resolução passarão pelo plenário do CNJ, para discussão e posterior aprovação pelo colegiado. Um dos temas diz respeito aos mediadores.

Na lista de temas abertos para sugestões estão comunicações processuais e Diário da Justiça eletrônico, leilão eletrônico, atividade dos peritos, honorários periciais, demandas repetitivas e atualização financeira. Após o prazo da consulta, as sugestões serão analisadas pelo grupo de trabalho para regulamentação do novo CPC. Todas as propostas de resolução passarão pelo plenário do CNJ, para discussão e aprovação pelo colegiado.

● Insatisfações

Uma das maiores críticas feitas por juízes à norma diz respeito aos julgamentos virtuais. Para Thiago Brandão, da Comissão da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) que analisou e colaborou com críticas e sugestões ao novo CPC, o código avançou quando foi aprovado, mas recentemente foi aprovada uma lei (13.256) que revogou o Artigo 945, justamente o que regulamentava o plenário virtual. A AMB e a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) chegaram a pedir o veto dessa lei, mas não foram atendidos. "O plenário virtual é uma alternativa mais célere ao presencial e não oferece nenhum prejuízo ao processo, uma vez que ele só é possível quando as partes concordam. O trabalho já é feito pelos tribunais, mas o Artigo 945 uniformizaria essa ferramenta de julgamento. Agora, continuaremos na mesma situação atual, com cada tribunal regulamentando o tema de forma individual, desde que preservando os interesses das partes" explicou o juiz.

A AMB também avalia que o CPC não vai cumprir uma de suas promessas: reverter o chamado efeito da apelação. A ideia inicial, segundo a entidade, era de que a sentença proferida produzisse efeitos imediatos, o que fortaleceria o trabalho dos juízes de primeiro grau. Na prática, o juiz Thiago Brandão explicou que tudo vai continuar como já é, ou seja, os recursos precisam ser julgados antes de um resultado efetivo. Outra questão é a boa-fé. "Embora o CPC traga punições para quem romper com esse princípio, elas são muito tímidas. Existe um limite máximo. Acreditamos que mais eficiente seria o juiz definir a punição caso a caso, porque, em algumas situações, as partes podem avaliar que a multa vale a pena. Alertamos para esse ponto, inclusive. Os Artigos 77 e 81 estipulam o máximo de 20% sobre o valor da causa ou, quando a causa tiver um valor irrisório, dez vezes o salário mínimo", ressaltou.

● Vantagens

Em defesa do texto, o ministro do Tribunal de Contas da União Vital do Rêgo, que à época da elaboração do código era relator da proposta no Senado, disse que dada a complexidade do tema e o número de sugestões recebidas o resultado final foi impressionante. "Algumas coisas que poderiam estar mais completas foram vetadas pela presidente Dilma Rousseff, mas isso aconteceu até obedecendo uma necessária reflexão que o Supremo fez, que o STJ fez, de algumas matérias. Acredito que 95% do projeto foram concebidos, talvez esse restante que ainda possa estar faltando, e eu não posso me antecipar ao que possa ser, venha com o dia a dia do direito, das práticas que vão ocorrer", observou.

OMS apoia uso de bactéria e insetos transgênicos para combater o zika

A organização pede que projetos-pilotos sejam testados contra o vírus

Da Reuters

Londres (Reuters) - A Organização Mundial da Saúde (OMS) pediu que projetos-piloto testem duas formas experimentais de acabar com o mosquito que transmite o zika vírus, entre elas o uso de insetos geneticamente modificados e um tipo de bactéria que impede que seus ovos amadureçam.

O zika vírus, que está se espalhando pelas Américas, é transmitido principalmente pelo mosquito *Aedes aegypti*, que a agência de saúde da Organização das Nações Unidas (ONU) descreveu como uma "ameaça oportunista e tenaz".

Encontrar a maneira mais eficaz de controlar este mosquito seria um grande reforço na luta contra a doença, afirmou a OMS em um comunicado.

Depois de convocar uma reunião de seu Grupo de Aconselhamento de Controle de Vetores (VCAG, na sigla em inglês) nesta semana, a OMS disse que seus es-



FOTOS: Reprodução/Internet

O zika vírus é transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti* e vem causando uma epidemia na América Latina e surto em outros países

pecialistas analisaram cinco ferramentas em potencial contra o *Aedes*.

Três - incluindo técnicas de esterilização de insetos, armadilhas de vetores e isca de açúcar tóxico para

atrair e matar os mosquitos - ainda são experimentais demais para serem cogitadas em projetos-piloto de larga escala, disse a OMS.

Mas duas outras - soltar mosquitos com a bactéria

Wolbachia e usar mosquitos machos geneticamente modificados, ou transgênicos, para suprimir a população de insetos - "justificam uma aplicação piloto de tempo determinado, acompanha-

das de monitoramento e avaliação rigorosos".

No dia 1º de fevereiro a OMS declarou o surto de zika uma emergência de saúde pública mundial devido à sua associação com

a suspeita de casos de microcefalia, uma má-formação cerebral em bebês, no Brasil.

As autoridades brasileiras disseram acreditar que a maioria dos casos de microcefalia tem relação com o zika, embora a ligação entre o vírus e a microcefalia ainda não tenha sido comprovada cientificamente.

Na sexta-feira (18), o Brasil afirmou que o número de casos confirmados e suspeitos de microcefalia no País associados ao zika vírus subiu de 4.976 na semana passada para 5.131. Destes, a quantidade de casos confirmados foi de 745 para 863 desde a semana anterior.

Os mosquitos transgênicos desenvolvidos pela farmacêutica britânica Oxitec são geneticamente modificados para que seus filhotes morram antes de chegarem à fase adulta e se reproduzirem. A bactéria Wolbachia, que não contamina humanos, faz com que os ovos dos mosquitos fêmeas que se acasalam com machos infectados não amadureçam, e tem se mostrado eficaz na redução da transmissão da dengue.

CRISE POLÍTICA

Rafael Correa diz que a AL está sob ameaça de novo Condor

Da Agência Andes

O presidente do Equador, Rafael Correa, disse que a América do Sul está sendo ameaçada por tentativas de desestabilização dos governos progressistas da região e comparou o processo a um novo Plano Condor.

O Plano Condor foi uma aliança política entre as ditaduras militares de países sul-americanos nas décadas de 1970 e 1980 para reprimir opositores e operou no

Brasil, Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Peru e Equador.

Segundo Correa, ações em curso no continente atualmente buscam não só amedrontar, mas acabar com os governos progressistas da região.

"A direita tem sede de vingança, porque em dez anos não pode, como fazia antes, pegar o telefone e ordenar que um presidente faça tal coisa ou outra. Eles têm sede de vingança, não

apenas para derrubar o que foi conquistado, mas para tratar de perseguir, massacrar os que ousaram desafiar seu poder", disse Correa em entrevista.

Para o presidente equatoriano, as denúncias contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acusado de supostos atos de corrupção vinculados à Petrobras, não são apenas uma casualidade.

"Este é o novo Plano Condor. Já não são necessárias ditaduras militares,

são necessários juízes submissos e uma imprensa corrupta", acusou. Correa disse que Lula "vencerá" e que os povos latino-americanos não permitirão retrocessos.

Na mesma linha, Correa disse que a ex-presidente da Argentina Cristina Fernández de Kirchner e os presidentes da Bolívia, Evo Morales; da Venezuela, Nicolás Maduro; do Brasil, Dilma Rousseff; e ele mesmo têm sido vítimas de uma campanha de desprestígio e ataque.



Rafael Correa vê desestabilização dos governos na América Latina

Curiosidades da política

Hilton Gouvêa jornalista - hiltongouvea@bol.com.br

Mariz e a seca

A grande seca do período 1980-82 afetou em alto grau a economia da Paraíba. Os saques se repetiam nas feiras do interior e a frente de emergência de trabalho, instalada pela Sudene, para minimizar a situação, empregou 195 mil pessoas famintas, na construção de açudes, barreiros e pequenas rodagens nas regiões do Sertão, Curimatá e Cariri. Em abril de 1982, quando caíram 62mm de chuvas nas regiões afetadas, o Governo Federal suspendeu as frentes.

Antonio Mariz, como senador, fez um discurso de impacto no Congresso Nacional: "(...) Não seriam as parcas chuvas caídas recentemente que permitiriam a supressão pura e simples do emprego desta poderosa mão de obra. A partir de 31 de maio deste ano, 195 mil agricultores paraibanos ver-se-ão a braços com o desemprego, sem condições de prover a própria subsistência. Sustar essas frentes, agora, de forma abrupta, sem levar em conta as peculiaridades desta região é, no mínimo, um ato irresponsável". Convém dizer que o País, nesta



época, ainda estava sob a égide do Poder Militar.

Kennedy e Goulart

Em 1962 os Estados Unidos e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas quase iniciam uma guerra nuclear, por causa dos mísseis instalados em Cuba. Kennedy, o presidente americano, exigiu de Goulart, presidente do Brasil, todas as sanções possíveis contra Cuba,

inclusive votando a favor de uma intervenção militar na ilha de Fidel, por causa de sua aliança político-nuclear com a URSS e a China. Robert Kennedy, o irmão de Kennedy, veio pessoalmente ao Brasil convencer Goulart deste propósito. O presidente brasileiro deu a seguinte resposta: "O Brasil, fiel à sua tradição pacifista e ao espírito cristão do seu povo, admite como legítimo o direito de Cuba de defender-se de possíveis ataques e agressões, repudiando e tentando impedir que o direito de autodeterminação do povo cubano seja cumprido". Moniz Bandeira diz isto num de seus livros sobre Goulart. A URSS cedeu à pressão diplomática e bélica dos EUA, retirando de Cuba os mísseis já instalados. A Marinha Americana formou uma barreira de destroyers, submarinos e porta-aviões no Atlântico, para reagir à força, caso a URSS insistisse em realizar a Operação, transpondo o círculo bélico com seus navios de carga.

Nero e Epafrodito

Nero morreu em 68 DC, após ser julgado inimigo público nº

1 do povo romano. Fugiu pela via Salária, na companhia de um escravo liberto, Epafrodito. Encurralado, pediu que este o apunhalasse mortalmente no coração. Aproveitando o sopro de vida que ainda lhe restava, Nero comentou: "Que grande artista morre comigo". Ao longo de 14 anos, ele fez um governo desastrado, pontilhado de crimes, traições e imoralidades. Sobrinho de Calígula e filho de Agripina, Nero não hesitaria em pressionar Otávia, sua esposa, para suicidar-se e, assim, casar com Pompéia. Mandou matar Britânico, seu irmão, para impedir que este lhe disputasse o trono. Assumiu o poder aos 16 anos, e iniciou uma administração justa e proffica. Degringolou depois que Agripina começou a manipular, para neutralizar os inimigos pelas armas, inclusive conspirando contra o próprio Nero. Louco e apenas interessado, agora, só em poesia, Nero amasiou-se com Esporo, um homossexual de singular beleza, e o apresentou como "esposa", até perto de morrer.

A gafe de FHC

FHC estava certo da vitória para a Prefeitura de São Paulo, que faltando três dias para as eleições de 14 de novembro de 1985 dirigiu-se até o Palácio do Anhangabaú e sentou-se na cadeira de Mário Covas. Abertas as urnas, FHC estava em segundo lugar. Jânio Quadros, que era o terceiro nas pesquisas, ganhara as eleições. Jânio quebrou a formalidade da posse em 1º de janeiro de 1986, ao empunhar um Spray inseticida e literalmente desinfetar a cadeira em que FHC havia sentado. E explicou: "Estou desinfetando esta poltrona porque nádegas indevidas a usaram. Fernando Henrique nunca teria o direito de sentar-se cá e o fez, de forma abusiva. Por isso, desinfeto este assento". Jânio, na sua campanha presidencial em 1960, usou uma vassoura como símbolo. Dizia que era para acabar com a corrupção. Renunciou ao cargo após sete meses no poder. Quando prefeito de São Paulo, foi acusado de nepotismo e corrupção. Não deixou nada que esclarecesse o que seriam as "forças terríveis e ocultas" que o fizeram renunciar à Presidência do Brasil, em 1961.

UMA ESCOLHA, MUITOS DESTINOS.

Viaje da Paraíba para várias localidades sempre de Guanabara.



CAPITAIS ATENDIDAS

BELÉM
TERESINA
FORTALEZA
BRASÍLIA
GOIÂNIA

CIDADES ATENDIDAS*

CE

Juazeiro do Norte
Crato
Sobral

PI

Floriano
Picos
Parnaíba

MA

Timon
Caxias
Peritoró
Imperatriz

BA

Irecê
Barreiras
Seabra
Ibotirama
Capim Grosso

CIDADES ATENDIDAS NA PARAÍBA*

Cajazeiras
Souza
Pombal
Patos
Catolé do Rocha
Itaporanga
Conceição
Piancó

Consulte a relação completa das cidades atendidas na rodoviária ou agência mais próxima.

CONHEÇA OS DIFERENCIAIS GUANABARA

Frota mais nova e moderna do Brasil | Melhor quadro de motoristas da região | Suporte operacional com garagens e pontos de apoio em toda a sua área de atuação | Veículos segurados | Frota 100% rastreada | Compras de passagens pela internet e celular | Programa Afetividade: onde a cada 10 viagens, 01 é grátis.



SAC 0800 728 1992
SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR INCLUSIVE
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E DE FALA.



GUANABARA
SATISFAÇÃO EM TODOS OS SENTIDOS

/aplicativo Expresso Guanabara

@ViajeGuanabara

/expressoguanabara

/viajeGuanabaraoficial